

Apoio - CLC, CAW, USWA-CA, CISL, CCOO, Solidarity Center-AFLCIO

Correio Sindical Mercosul, n 135 - de 03 a 10/11/02



CUT emite nota sobre a vitória de Lula - Reunida dia 31 de outubro, a Executiva Nacional da CUT avaliou o significado da vitória de Lula à Presidência da República e aprovou resolução onde destacam: "... Para a CUT, o governo Lula se caracterizará pela permanente disposição em negociar com os mais diversos setores da sociedade, principalmente, os trabalhadores. O que jamais aconteceu a contento. Discutir os problemas (que não são poucos) de forma global, apostando na recuperação da capacidade produtiva do País, na ampliação da participação popular nos espaços públicos e na interferência dos trabalhadores na elaboração das políticas públicas, exigirá da CUT enorme preparo e unidade interna..... a CUT tem grande responsabilidade em garantir a execução das propostas apresentadas à Nação, sem contudo, perder sua autonomia nesse processo. O primeiro embate, por exemplo, será a pressão sobre o atual Congresso para que reformule o Orçamento de 2003 para que haja possibilidade do novo governo conceder reajuste do salário mínimo em R\$ 240..... agora, é hora, portanto, de fortalecer os sindicatos, organizar o trabalhador em seu local de trabalho e preparar-se como nunca para as negociações que virão pela frente." (*Informacut*, 01/11/02)

Metalúrgicos da Força Sindical fazem greve e protesto - A

Força Sindical promoveu nesta sexta-feira uma passeata na avenida Paulista para reivindicar reajuste salarial de 15%, entre outros benefícios. Segundo a central sindical, 10 mil metalúrgicos participaram do ato (a Polícia Militar, porém, informou que o protesto reuniu cerca de 5 mil pessoas) e cerca de 85 mil trabalhadores paralisaram suas atividades no dia 01/11.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, afirmou que se não houver acordo até a próxima semana, os metalúrgicos entrarão em greve por tempo indeterminado a partir do dia 11 de novembro. Além do reajuste de 15%, a categoria reivindica manutenção das cláusulas sociais, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e garantia de emprego.

Na manifestação, Paulinho, que foi candidato a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes à presidência da República, usou a maior parte de seu discurso para enviar recados ao presidente eleito, Luis Inácio Lula da Silva, que tem apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), normalmente rival da Força no movimento sindical. Ele disse que a Força vai fiscalizar o novo governo, mas não pretende ser "contra tudo, como a CUT foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso." Disse ainda que enviará a Lula um documento solicitando que ele derrube o veto dado por Fernando Henrique ao aumento do salário mínimo para R\$ 240.

Apesar do ultimato da Força Sindical, os empresários descartam a possibilidade de conceder aumentos acima da inflação. O negociador salarial do Sindipeças (sindicatos das empresas de autopeças), Drausio Rangel, disse que já há parâmetro para as negociações neste ano: o acordo feito entre CUT e montadoras em 2000, que prevê concessão de 100% da inflação e aumento de 2% está condicionado a metas de produção. Para o representante do Sindipeças, a greve da Força dá indícios de "inversão de papéis" no

Força Sindical promete fazer "oposição light" a Lula -

No segundo turno Paulinho, declarou apoio "pessoal" a Lula, mas a central deixou aos sindicatos filiados a decisão de votar em Lula ou José Serra (PSDB).

Segundo Paulinho, "a CUT sempre foi oposição ao governo FHC [Fernando Henrique Cardoso] e fiscalizava as medidas que tiravam os direitos dos trabalhadores. Agora que a CUT virou governo, nós precisamos cumprir esse papel de oposição o fiscalização", disse. O sindicalista quer que o mínimo seja reajustado para pelo menos R\$ 240, conforme promessa de campanha de Lula. Para chegar a esse valor, Paulinho sugere que Lula tire do Orçamento de 2003 gastos com "obras faraônicas". (*Folha Online*, 02/11/02)

movimento sindical. "A Força parte para a linha de oposição antes feita pela CUT, que agora deve manter atitude mais negociadora."

A Força Sindical descarta que o movimento de hoje tenha caráter político e lembra que nos dois últimos anos tem feito greves por questões salariais. No ano passado, entretanto, a estratégia adotada foi de paralisações por empresa. Com as greves, os metalúrgicos conseguiram reajustes de 8,16% (percentual de reposição do INPC acumulado em um ano), mas o percentual foi pago somente em janeiro. (*Diário do Grande ABC, O Estado de S.Paulo, Folha Online -02/11/02*)

Centrais vão se reunir com o presidente e projeto da CLT deve cair - O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, vai se reunir nos próximos dias com representantes das centrais. O que já se sabe é que o projeto do atual Governo que muda a CLT, em tramitação no Senado, deverá ser mesmo retirado da pauta. "Temos de rever tudo o que está no Congresso", afirmou o secretário sindical do PT, Heiguiberto Navarro, o Guiba, designado por Lula para procurar os sindicalistas e organizar esse encontro. Segundo ele, a idéia é "traçar linhas sobre pacto social e contrato coletivo e saber o que as centrais pensam". Sobre o projeto que altera a CLT, permitindo que acordos prevaleçam sobre a negociação, Guiba considera que o Governo foi precipitado. "Você não pode jogar a CLT fora de uma hora para outra." O próximo Governo, acrescentou, quer fazer as mudanças de forma negociada.

Segundo Guiba — coordenador da campanha de Lula na área sindical e presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT —, a central não ficará atrelada ao Governo. "Queremos independência. Vamos ter liberdade de ação e para cobrar do Governo." Nos próximos dias, ele irá procurar as direções da Força Sindical, da SDS e da CGT.

O presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, já manifestou preocupação com o que considera possível excesso de reuniões e fóruns no próximo Governo. "Ele pode ter certeza de que será convidado", disse Guiba. "São 500 anos com a elite governando. Poucas vezes os trabalhadores foram ouvidos e agora eles serão." (*Diário de S.Paulo, 02/11/2002*)

Paro General Parcial - "En esta grave situación nacional sólo la participación será garantía para abrir el camino de los cambios", sostiene el secretariado ejecutivo del PIT-CNT al convocar para el jueves 7 de noviembre a realizar el sexto caceroleo con apagón a partir de las 21.00 durante 15 minutos.

La dirección de la central sindical también convocó en la víspera a los trabajadores y a la población en general a participar activamente en la movilización nacional que se realizará el próximo jueves bajo la consigna: "Por la reactivación económica, porque otro Uruguay no sólo es posible y necesario; se hace urgente". La República 1º/11/02)

É impossível Lula resolver questão agrária, diz MST- O líder nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Gilmar Mauro considera "impossível" que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), acabe com os problemas da reforma agrária no país em quatro anos de governo.

"É uma ilusão pensar que tudo vai ser resolvido. É impossível, nas condições atuais", disse. "O que acredito é que poderá haver avanços, se houver participação popular." Segundo Mauro, a questão será um dos temas a serem discutidos pelo MST na reunião das lideranças nacionais que o movimento realizará entre os dias 4 e 6, em Caruaru (PE).

O encontro, que deverá reunir cerca de 300 pessoas, será o primeiro promovido pela entidade após a eleição de Lula. O movimento, que apoiou o petista, vai discutir seu posicionamento a partir de 2003. Mauro defende que o MST adote uma posição de "autonomia crítica". "Temos que cobrar, empurrar e estimular ao máximo o governo."

Sobre as invasões de terra, Mauro disse que elas poderão continuar. Uma eventual trégua, disse, "não está colocada em pauta". (Folha Online, 02/11/2002)

Eleição de Lula inspira movimento sindical na Argentina - A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição presidencial brasileira, no último domingo (27), pode servir de impulso para a formação de um novo movimento político argentino, baseado no sindicalismo, mas longe do tradicional vínculo dos trabalhadores do país ao peronismo. A CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) discutirá a criação de um movimento político em seu 6º Congresso Nacional, nos dias 13 e 14 de dezembro em Mar del Plata.

"Há uma crise de representação na Argentina. Nosso povo necessita que os trabalhadores digam em que sociedade querem viver e como a construiremos... Temos a necessidade de construir um novo movimento político no país ", disse à Folha o presidente da central, Victor de Gennaro. Os laços da CTA com o PT e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), cultivados nos últimos anos, devem influenciar a decisão. "Para a Argentina e para a América Latina, o triunfo de Lula é histórico, porque cria um critério cultural. É a primeira vez que um trabalhador e sindicalista se torna presidente na América Latina", diz De Gennaro.

A criação da CTA, em 1992, marcou o afastamento de parte do sindicalismo em relação ao Partido Justicialista (peronista) e tem hoje cerca de 850 mil filiados. "A CTA surgiu num momento de maior crise no

país e cresceu rompendo com o monopólio [da CGT]", diz De Gennaro. "Quebramos esse círculo vicioso da dependência a um partido e ao oficialismo. Somos uma central com autonomia", afirma.

A possibilidade de um sindicalista disputar a Presidência da Argentina é vista também com certo descrédito pela própria CTA. "Para nós, termos um candidato é secundário. O importante é que o movimento sindical possa impor mudanças para recuperarmos o que perdemos", afirma o diretor de Relações Internacionais da central, Eduardo Menajoski. Ele cita ainda as diferenças históricas entre os dois países nos últimos anos, que impediram o aparecimento de líderes sindicais de peso na Argentina. "Tivemos o peso do genocídio cometido pela ditadura militar [1976-1983], que destruiu uma camada importante de dirigentes políticos e sindicais", afirma. Segundo grupos de defesa dos direitos humanos, cerca de 30 mil argentinos foram mortos durante a ditadura.

Qualquer que seja o modelo adotado pela CTA, ele não deve ter impacto nas próximas eleições presidenciais, marcadas para março. A central optou por não apoiar nenhum dos candidatos. "Não sabemos nem mesmo se haverá realmente eleições", diz De Gennaro. "Está parecendo mais uma eleição interna do Partido Justicialista para indicar o presidente. Os que mandam têm medo da democracia", diz. (*Folha Online*, 02/11/02)

Empleo: se desacelera la caída- Pese a que en septiembre continuó la caída del nivel de ocupación en las empresas del área metropolitana -el 0,4%-, por primera vez en dos años ese indicador tuvo un signo positivo en Córdoba y en Rosario, donde los planteles crecieron un 0,6% y un 0,1%, respectivamente. Por otra parte, en octubre se registró un incremento del 8,1% mensual en la cantidad de avisos en los diarios publicados por empresas que piden personal. Los primeros datos surgen de la Encuesta de Indicadores Laborales del Ministerio de Trabajo; el segundo, del Índice de Demanda Laboral, elaborado por la Universidad Torcuato Di Tella (UTDT).

En la comparación interanual, el nivel de empleo privado según la encuesta oficial cayó en septiembre un 9,5% en el área metropolitana, un 13,5% en Córdoba, un 7,9% en Rosario y un 7,2% en Mendoza. En todos los casos hubo una desaceleración de la tasa con respecto a la comparación entre agosto pasado y agosto de 2001.

Los datos por actividad, que permiten comparar la cantidad de puestos del tercer trimestre contra los de igual período del año anterior, muestran que si bien en el área metropolitana hubo en todos los casos un signo negativo, la caída se desaceleró en la industria (del 11,1% en el segundo trimestre al 9% en el tercero), en el comercio (del 12 al 11,4%) y en los servicios (del 4,2 al 3,5 por ciento).

En el nivel general, la cantidad de horas trabajadas por empleado en el mes se redujo respecto de un año atrás, mientras que en la comparación mensual sólo en Córdoba hubo una variación positiva, del 4,8%. Esa reducción de las jornadas, que se viene dando desde fines del año pasado, es un dato que atenta contra las expectativas de una generación de puestos que acompañe a una mejora de la actividad, porque las empresas tenderán en primer lugar a recuperar las jornadas para los trabajadores existentes y sólo después buscarán nuevo personal. (*La Nación*, 02/11/02)

Servidores municipais declaram guerra à prefeita Marta Suplicy - Os servidores públicos municipais declararam guerra contra a prefeita Marta Suplicy. Inconformados com a decisão da Prefeitura de alterar as regras de cálculo para a concessão de vantagens pecuniárias, os dirigentes sindicais ameaçam romper o acordo firmado em fevereiro deste ano com a administração municipal através do Sistema de Negociação Permanente (Sinp).

Isto porque a categoria está revoltada com a portaria publicada na edição de quinta-feira do Diário Oficial que altera as regras de concessão das vantagens pecuniárias dos servidores com o objetivo de evitar a acumulação de benefícios (o chamado efeito cascata). De acordo com a portaria, o cálculo de 13 gratificações — como sexta-parte, adicional por tempo de serviço (quinquênio), entre outras — passam a ser feitas sobre o salário-padrão e não mais sobre a remuneração tota. Na prática, isto representará uma redução nos vencimentos dos servidores.

Na segunda-feira, o Sindicato dos Servidores Públicos de São Paulo (Sindsep), ingressa com ação na Justiça questionando o fato de a Prefeitura ter feito alteração no Estatuto do Funcionalismo (Lei 8989/79) por portaria, a qual segundo o sindicato tem de ser feita via projeto de lei encaminhado para a Câmara dos Vereadores. (*Diário de S. Paulo*, 02/11/2002)

AEBU planteó absorber a empresa emisora de tarjetas - La Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU) está interesada en absorber y hacerse cargo de la operativa de Personas Santander, emisora de las tarjetas Plata e Inter (esta última con fuerte presencia en el Litoral), y así lo planteó en una audiencia de conciliación realizada el miércoles pasado en el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. AEBU quiere verificar detenidamente los balances de la empresa para tomar una decisión pero ya hizo constar su iniciativa en actas. La idea había sido aprobada previamente por la asamblea de trabajadores de Personas Santander, entre los cuales el porcentaje de afiliación al gremio llega al 80%.

Personas Santander, cuenta con 250 empleados, y tiene emitidos unos 200.000 plásticos. Distribuye asimismo las tarjetas Visa y Master Card. La empresa comenzó un proceso de reestructura que incluye la puesta en marcha de un plan de retiro incentivado. Las solicitudes se recibirán entre el 1º de noviembre y el 15 de diciembre. A los trabajadores de Montevideo se les ofrecerá cobrar el despido más sueldos y en el interior 24 salarios más la compensación legal.

El director de AEBU Jose Ramos dijo que la empresa se comprometió a estudiar el planteo sindical y que planteó asimismo que puso en marcha una reestructura que se orienta a la fusión por absorción por parte del Banco Santander del negocio de las tarjetas. AEBU, por su lado, planteó realizar una "due dilligence" (examen de la situación de la empresa) para evaluar la posibilidad de que los afiliados se hagan cargo de la firma. El proceso en ese sentido debería estar avanzado para el 15 de diciembre. Hasta esa fecha, la empresa se compromete a no pasar ningún negocio de Personas Santander al banco. (EL País 1º/11/02)

Paro en la Salud - Mientras los funcionarios de la salud privada paralizarán sus actividades entre las 8 y las 14 horas, los del sector público lo harán entre las 6 y las 18 horas. Por su parte, el Sindicato Médico del Uruguay se adherirá a la medida entre las 8 y las 13 horas.

Los funcionarios médicos y no médicos se concentrarán en el Obelisco sobre las 10, donde leerán una proclama en la que volverán a denunciar el estado de "emergencia sanitaria nacional".

En cuanto a la salud privada, los gremios insistirán en que no se grave a la salud con impuestos que se trasladen al consumidor, cuestionará la entrega parcial del préstamo del Banco Interamericano de Desarrollo para las instituciones de asistencia médica colectiva y advertirá sobre las dificultades de éstas para adquirir medicamentos e insumos. La Federación Uruguaya de la Salud (FUS) advertirá sobre el riesgo de cierre de mutualistas, de no mediar soluciones inmediatas. (El País 31/10/02)

Situación de la industria del caucho se analizó en una Conferencia Mundial -Culminó el martes en San Pablo (Brasil) la Conferencia Mundial de los Sindicatos del Caucho en el cual participaron representantes de sindicatos de 40 países y donde los representantes del Uruguay informaron sobre la difícil situación que hoy vive la empresa Funsa - Titán.

También en San Pablo se realizó los días viernes 25 y sábado 26 la Conferencia Internacional del Frente Unico de los Trabajadores en las Industrias de Neumático y Afines de Latinoamérica (Futinal). En este encuentro los gremios del Mercosur realizaron un diagnóstico sobre la realidad del sector y le prestaron especial atención a la importación ilegal y la distribución de neumáticos usados y recapados (recauchutados); los impactos del ALCA en el sector del caucho, las estrategias de las multinacionales del neumático en la región y la crisis de la industria del caucho en la región. Y, como ejemplo, se tomó la empresa Funsa - Titán.

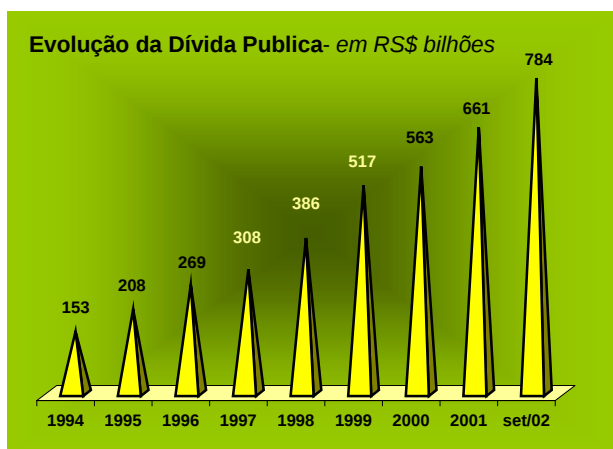
¿Reapertura de Funsa?-Continúa una "profunda preocupación" en los trabajadores de Funsa - Titán debido a que la disposición del gobierno de otorgarles una nueva prórroga en el seguro de desempleo se encuentra con dificultades a la hora de que las autoridades de la empresa brinden los avales necesarios para que la planta industrial comience a funcionar a partir del jueves 5 de diciembre del corriente año. Esta posición, se recordó en la víspera, es contradictoria con la carta que la propia empresa le envió al presidente Jorge Batlle y en la cual solicitaba la prórroga del beneficio, manifestaron miembros del sindicato de esta empresa del caucho.

Por esta razón los encuentros realizados en Brasil sirvieron para que los representantes sindicales mantuvieran contactos a distintos niveles en procura de "entusiasmar" a posibles inversionistas en Funsa - Titán. El gremio sostiene que tienen la firme disposición de reactivar la industria del caucho en nuestro país y "ello se hará con los actuales propietarios de la empresa o con quienes quieran invertir en esta industria que está en condiciones de elaborar buenos productos". (La República 01/11/02)

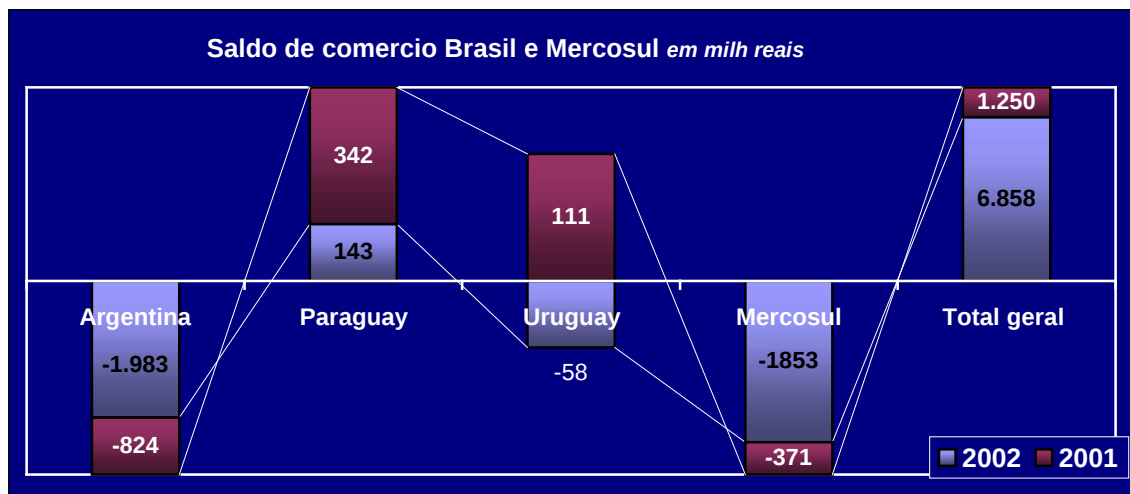
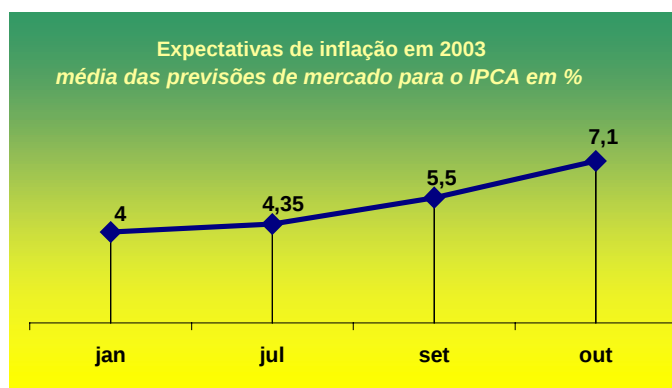
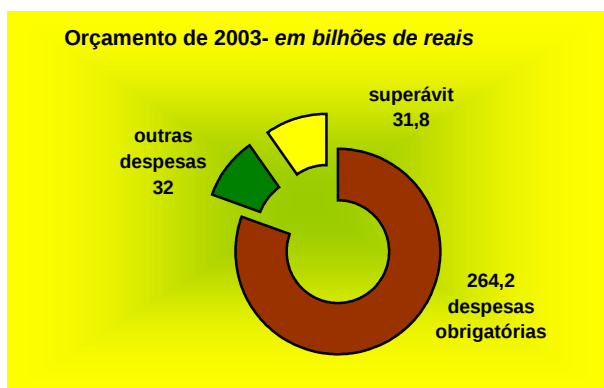
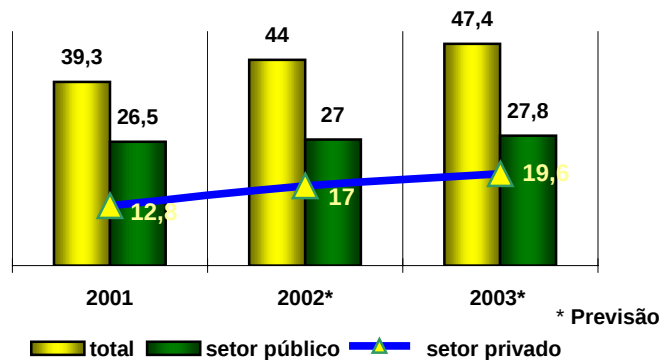
Salario real cayó 18% durante el 2002 - El poder adquisitivo de los salarios uruguayos cayó un 2,43% durante setiembre, para acumular una depreciación de 18,17% durante el año, informó hoy el Instituto Nacional de Estadísticas. Hasta agosto la caída del salario real era de 16,13%.

En el sector público la evolución del salario nominal fue de crecimiento de 0,26% en setiembre y de 0,20% en el año, mientras que el salario real sufrió una caída del 2,76% en el mes y de 18,30% a lo largo de los primeros nueve meses de 2002. En el sector privado el salario nominal creció 0,78% en setiembre y un 0,44% en lo que va del año, en tanto el salario real sufrió una caída del 2,27% en el mes para acumular una pérdida de 18,12% en el curso de los primeros nueve meses de 2002. (El País 31/10/02)

A herança de FHC dificultará o início do governo de Lula



Déficit dos sistemas de Previdência -em R\$ bil



Fontes: Folha de São Paulo 03/11/02 e CNI- Boletim Mercosul -n. 333



Prioridade externa de Lula será América do Sul- A política externa do governo do Partido dos Trabalhadores estará, segundo os seus principais formuladores, vinculada ao projeto de desenvolvimento nacional. Nesta lógica, a América do Sul constituirá o primeiro círculo das preocupações petistas com o mundo e, nela, o Mercosul e em especial a relação com a Argentina serão as prioridades máximas. É no subcontinente, de acordo com tal raciocínio, que existem áreas de complementaridade econômica, energética, de infra-estrutura e projetos nacionais de desenvolvimento convergentes. A integração sul-americana dará ao país e aos seus vizinhos melhores condições para negociar com os Estados Unidos a Alca ou qualquer outro assunto hemisférico. A Alca nas condições atuais é encarada como um jogo em que as possibilidades de ganhos para os países da América do Sul são mínimas, dada a assimetria entre a economia dos EUA e a de todas as outras nações do subcontinente.

Mas os dirigentes do PT dizem não ignorar a importância de manter boas relações com os EUA, apesar dos eventuais contenciosos comerciais e políticos. Todos enfatizam que os EUA são parceiros inevitáveis do Brasil e a relação com a única superpotência será conduzida de modo a evitar confrontos ideológicos. Sobre as negociações entre Mercosul e União Européia e da Rodada do Milênio da OMC, a intenção genérica é fazer com que o país seja mais demandante e pró-ativo do que tem sido. Para incentivar as exportações, o PT pretende criar uma Secretaria de Comércio Exterior diretamente subordinada à Presidência da República e orientá-la para divulgar ao máximo possível a "marca Brasil" pelo mundo.

Há, ainda, a decisão de estabelecer o que os petistas têm chamado de "bilateralismo forte" em relação a comércio, cooperação científico-tecnológica e cultural com países como China, Índia, Rússia, Austrália e África do Sul, que têm diversos interesses comuns com os do Brasil, e com os quais é possível articular ações comuns em fóruns multilaterais. Finalmente, o projeto do PT inclui retomar uma relação especial entre o Brasil e os países da África, em particular com os de expressão portuguesa. (Valor Econômico, 31/10/02)

Queda no intercâmbio comercial com o Mercosul direciona exportações brasileiras para outros mercados -A despeito da queda das vendas brasileiras para o Mercosul, o Brasil apresentou crescimento de suas exportações para o resto do mundo da ordem de 2,3%. Isto significa que o Brasil vem direcionando suas vendas para outros mercados.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os países do Mercosul de janeiro a setembro de 2002, foi de US\$ 6.579 milhões, sendo 38% inferior ao registrado em 2001. Este valor representou 8,4% do intercâmbio comercial geral do Brasil, enquanto que, em 2001, a participação foi cerca de 12%.

O aumento das vendas ao Mercosul é explicado, basicamente, por um decréscimo mais acentuado nas exportações do que nas importações brasileiras. Do total exportado para o Mercosul, 69,3% destinou-se à Argentina. Em 2002, as vendas brasileiras para aquele país, caíram 60% em relação a 2001. As importações, por sua vez, caíram 27%.

Com relação ao Uruguai, verificou-se um déficit de US\$ 58 milhões, em função de um decréscimo de 189 milhões no valor das exportações, enquanto as importações mantiveram-se no mesmo patamar do ano de 2001. Já com o Paraguai, o Brasil obteve superávit da ordem de US\$ 143 milhões, inferior em 58,2% ao ocorrido em 2001, tendo sido registrada uma queda de 23% nas exportações e um aumento de 36% nas importações. (CNI, *Informa Mercosul*, boletim 333)

Mercosul x CAN: acordo ainda está longe - Depois de mais uma rodada de negociações, na semana passada, em Lima, no Peru, em busca de um acordo de livre comércio (ALC), o Mercosul e a Comunidade Andina parecem ter se rendido ao realismo. Difícilmente as duas partes chegarão a um acordo ainda neste ano. Há dificuldades praticamente incontornáveis por parte dos andinos, segundo admitem negociadores do Mercosul.

O chanceler Celso Lafer tem manifestado ceticismo para interlocutores próximos. Mesmo assim, insistirá em impulsionar as negociações com os chanceleres da Comunidade Andina (CAN) no próximo dia 1, em Quito, Equador, durante o encontro ministerial dos 34 países que negociam a Área de Livre Comércio das Américas.

O problema é que a CAN, além de dificuldades internas -crise na Colômbia e Venezuela, eleições no Equador e instabilidade no Peru - enfrenta ainda temores de setores empresariais, assustados com a concorrência, especialmente do Brasil. A acentuada desvalorização do real neste ano barateou ainda mais os produtos brasileiros, atemorizando os países vizinhos.

A reunião da semana passada registrou apenas um avanço: os andinos reduziram de 20 para 15 anos o prazo de desgravação para produtos sensíveis, mas de qualquer forma não listaram os produtos, como

esperava o Mercosul. O bloco do sul entende que, dificilmente, a CAN vai listar, até a reunião de cúpula do Mercosul, dias 5 e 6 de dezembro, em Brasília, os produtos sensíveis, que chegam a dois mil. Mas mesmo assim o bloco integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai entregou sua proposta em que abre mão de exigências em termos de regras de origem e para a parte agrícola. Porém, os andinos apenas tomaram conhecimento do documento.

Governo quer acelerar acordo com andinos- Anteontem, em reunião com seus pares andinos, o ministro Sérgio Amaral propôs um encontro talvez definitivo para meados de novembro e lembrou que o fechamento do acordo "teria um efeito político muito alentador para negociar a Alca como um bloco sul-americano homogêneo".

De fato, os quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) já negociam a Alca em bloco. Se a eles se somassem os cinco países andinos, só ficaria de fora, além das Guianas e do Suriname, o Chile, que negocia em separado um acordo de livre comércio com os EUA. Amaral lembrou a seus pares andinos que em janeiro assume um novo governo, que, como é inevitável, "levará um tempo para estar mais ativo nas negociações comerciais". (*Gazeta Mercantil*, 23/10/02 e *Folha Online* 02/11/02)

Brasil sigue sin acatar dictamen del Mercosur -Existe preocupación a nivel oficial por el incumplimiento del gobierno de Brasil a lo dispuesto por un tribunal arbitral del Mercosur que resolvió que debía levantar cualquier tipo de traba a la exportación de neumáticos remoldeados uruguayos.

El director de Industria, Washington Durán, dijo a El País que un tribunal arbitral del Mercosur, compuesto por tres integrantes, había dado la razón a Uruguay en un anterior reclamo por este tema pero ahora, según Durán, lo dispuesto está siendo incumplido por Brasil. "Primero prohibieron la entrada y luego impusieron multas a los importadores por lo que el efecto es el mismo", explicó.

La situación afecta a una empresa uruguaya cuyas exportaciones están totalmente detenidas y que tenía a Brasil como el principal destino de sus productos. Los neumáticos tenían como compradora a la industria automotriz nortea y las trabas, entiende el Ministerio de Industria, obedecen a presiones de los fabricantes de cubiertas nuevas de Brasil. El proceso industrial que realiza la empresa uruguaya "es mucho más complejo que un sistema de recauchutado" y los neumáticos producidos "son absolutamente seguros", dijo Durán.

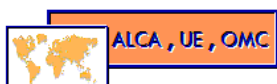
El Protocolo de Brasilia, suscripto por los cuatro países del Mercosur, prevé la creación de tribunales arbitrales con tres integrantes para dictaminar en este tipo de controversias. Sus fallos son inapelables y de cumplimiento obligatorio. Para conformar estos tribunales se designa un árbitro en representación de cada uno de los países que mantienen el diferendo y un tercero que actúa como neutral y presidente del cuerpo. (*El País* 30/10/02)

Canciller paraguay pide acelerar negociaciones Mercosur - Unión Europea - El ministro paraguayo de Relaciones Exteriores, José Antonio Moreno Ruffinelli, abogó en París por que se aceleren las negociaciones entre el Mercosur y la Unión Europea para que "a finales del año próximo" pueda haber un acuerdo de libre comercio entre los dos bloques.

El ministro indicó que hay reuniones previstas en noviembre en Brasil y en marzo próximo en Asunción - Paraguay toma en enero próximo la presidencia pro tempore de Mercosur-, y luego habrá una reunión ministerial para ver la marcha de las negociaciones. A su juicio, el acuerdo de los Quince sobre la Política Agrícola Común (PAC) puede ayudar para las negociaciones con el Mercosur, formado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

En éstas "el principal problema es uno solo, la política agrícola", recaló el ministro, quien señaló que el Mercosur es "el granero del mundo" y la región que más carne exporta. Consideró que el acuerdo de los Quince sobre las ayudas agrícolas y la ampliación en Bruselas el pasado fin de semana puede ayudar "porque el dinero que antes se distribuía entre 15 países se distribuirá entre 25", lo que "significa una reducción de hecho de los subsidios que se acordarán en materia agrícola".

"Pensamos que eso irá disminuyendo con el correr del tiempo y también será motivo de negociación en la ronda de Doha" sobre el comercio mundial, indicó Moreno Ruffinelli. (*EFE El País* 30/10/02).



Com tom social, Brasil e EUA assumem ALCA- O Brasil e os Estados Unidos assumiram ontem a presidência conjunta das negociações para criar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) no exato momento em que os discursos oficiais sofrem uma inflexão para a questão social e passam a coincidir com a retórica do PT, partido ao qual incumbirá conduzir o processo negociador justamente na fase decisiva.

Depois de dizer que a Alca precisaria ganhar "legitimidade junto à opinião pública", o ministro Celso Lafer afirmou em seu discurso na reunião ministerial do dia 01/11 que "Essa legitimidade requer que se leve em conta tanto a indispensável reciprocidade dos interesses econômicos quanto as grandes questões sociais do emprego, da pobreza e da exclusão". Combina à perfeição com o discurso, na mesma sessão, do principal negociador comercial norte-americano, Robert Zoellick. Ele lembrou que, mais que comércio, o que os países das Américas têm que ter em mente é "crescimento econômico, alívio da pobreza, criação de empregos e, finalmente, criação de esperança".

A menção ao emprego já havia sido feita na véspera, durante a reunião dos ministros do Mercosul com Zoellick. O representante dos Estados Unidos até alentou os brasileiros a tocar no assunto, ao lembrar que está obrigado a apresentar ao Congresso, periodicamente, avaliações sobre o impacto no emprego das negociações comerciais. A obrigação consta da TPA (Trade Promotion Authority, o mecanismo pelo qual o Congresso autoriza o Executivo a negociar acordos comerciais que, depois, o Legislativo aprova ou rejeita em bloco, mas não pode emendar).

O fato de o discurso social estar ganhando tanto espaço quanto o comercial não tem relação direta com o fato de Luiz Inácio Lula da Silva ter sido eleito presidente de um dos dois países que comandarão o processo negociador até o seu final, teoricamente em 2005. Tem mais relação com a reação da sociedade civil, que se manifesta ruidosamente (e, às vezes, violentamente) cada vez que há uma reunião internacional destinada a discutir acordos comerciais.

Quito, por exemplo, transformou-se em uma cidade parcialmente militarizada desde a terça-feira em que se iniciou o Fórum Empresarial. Guardadas as proporções, era o mesmo esquema de segurança exibido, por exemplo, em Québec, no ano passado, durante a Cúpula das Américas, exatamente a reunião que referendou o cronograma de negociação da Alca.

Mesmo que não seja o responsável direto pela inflexão do discurso, o governo Lula só tem a ganhar com ela. Como já anunciou a disposição de continuar nas negociações (ao contrário do que pedem as organizações sociais próximas do PT), o presidente eleito encontrará o terreno já semeado para tentar equiparar comércio ao seu discurso histórico pela proteção social.

Na prática, os problemas para o governo petista serão criados mais pelos seus aliados históricos do que pelo estágio atual das negociações, conduzidas pelos adversários do partido. O julgamento sobre a Alca feito por ONGs é fortemente negativo. "O cenário para o Brasil é transformar-se em um grande fábrica de sapatos. Isso nos interessa?", pergunta, por exemplo, Adriana Ramos de Almeida, do Inesc (Instituto de Estudos Sociais), com sede em Brasília. A resposta está implícita: não interessa. Mesmo assim, Adriana reconhece que há "mil ônus em interromper a negociação [da área de livre comércio]". Se o discurso social ganhar ênfase doravante, diminui para o PT o ônus inverso, o de continuar na negociação. (*Folha Online*, 02/11/02)

CUT quer que Lula abandone as negociações para o acordo - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) defendeu ontem que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva abandone as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Em um sinal de que não aceitará todas as decisões do novo governo, apesar da histórica simbiose entre o PT e a central sindical, o diretor de Relações Internacionais da CUT, Kjeld Jacobsen, argumentou que a Alca não apresenta nenhuma possibilidade de vantagem para o Brasil e que, portanto, esse acordo seria contraditório com a agenda de crescimento econômico defendida por Lula.

"Há diferença entre o sindicalismo e o governo do PT, por melhores que sejam as relações que tenhamos. Nós, da CUT, preservamos nossa autonomia", afirmou Jacobsen, ao ser questionado sobre a recente mudança do discurso do PT, que agora assumiu uma linha mais tolerante e aberta às negociações da Alca. "A Alca apresenta mais desvantagens que vantagens para o Brasil, principalmente para setores que são geradores de empregos. Para nós, esse acordo vai custar postos de trabalho e, por isso, achamos que o governo deva sair das negociações", completou.

Jacobsen participou da Jornada de Resistência Continental contra a Alca, um dos eventos do Fórum Social que transcorre em Quito paralelamente à reunião de ministros. Em seu ponto de vista, o futuro governo poderá contornar uma das falhas da atual administração caso exponha à sociedade quais são, pontualmente, suas metas em relação à Alca - assim como os Estados Unidos vêm fazendo nos últimos anos. Se o governo Lula vier a deixar claro onde quer ganhar e onde está disposto a abrir concessões, Jacobsen acredita que a Alca não interessará mais aos Estados Unidos e, portanto, será abortada.

"Se Lula implementar a agenda de crescimento econômico que vem defendendo, a Alca não caberá nela. As condições que o Brasil apresentar tampouco seriam aceitas pelos Estados Unidos", afirmou. (ESP, 31/10/02)

ALCA: novo governo manterá estratégia - O novo governo pretende manter a estratégia do atual nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas. A informação é do deputado Paulo Delgado (PT-MG), designado pelo governo eleito para acompanhar a reunião ministerial entre os 34 países da Alca, em Quito, no Equador. O objetivo é lutar para que as condições de negociação sejam as mesmas para os 34 países que formarão a Alca e derrubar a tese americana que permite barganhas bilaterais no âmbito do bloco.

"Devemos continuar lutando para ter uma regra única para todos", concorda Delgado. Mas, por enquanto, o deputado poderá apenas observar o andamento das conversas. A responsabilidade de negociar é do atual governo até 31 de dezembro. Mas o petista recomenda "cautela" aos atuais negociadores, deixando as decisões importantes sobre o futuro da Alca para o próximo governo. "Não queremos que o atual governo tome decisões para que nosso governo tenha de cumprir "- afirma. O deputado tem dúvidas quanto à verdadeira disposição dos Estados Unidos de formarem uma área livre de comércio que atenda aos interesses de todos os países. Os EUA, analisa, têm primeiro de decidir qual posição "interna" irão adotar em relação ao futuro bloco comercial. "Será possível obrigar os produtores de suco de laranja e aço americanos a abrir seus mercados?", questiona. Delgado defende que o Congresso americano participe mais ativamente das negociações. "Mesmo que as decisões sejam tomadas de forma mais devagar, o que for decidido terá maior solidez" avalia.

Embora o futuro seja incerto, a Alca não está fadada a fracassar, afirma Delgado. "O formato geral do acordo ainda está para ser definido. A Alca pode ser uma boa oportunidade para o Brasil, se for uma negociação informada, sem subterfúgios e compensatória para o conjunto dos países latino-americanos. Para isso, os EUA terão de reformular sua visão de comércio exterior, diz o deputado. Os americanos enxergam o comércio como uma guerra. A Alca não pode ser uma nova fronteira americana. Somos 34 nações soberanas. O acordo deve ser a integração comercial entre elas e não uma anexação. Não há país a ser conquistado" conclui. (JB, 31/10/02)

Mercosur exige a EE.UU. incluir temática agrícola en negociaciones por ALCA - El bloque aduanero Mercosur exigió ayer a Estados Unidos que incluya en las negociaciones del ALCA la eliminación de sus subsidios agrícolas y deje de escudarse en las posturas de otros gigantes para dilatar el tema.

El Mercosur, y en especial los grandes exportadores agrícolas Argentina y Brasil, pugnan para que Estados Unidos acepte discutir en el Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) la desaparición de los subsidios que otorga a su sector agrícola.

Sin embargo, Estados Unidos, mantiene su postura de no hablar de subsidios en el ALCA y desea que el tema se trate en el seno de la Organización Mundial de Comercio (OMC).

Con esto, Estados Unidos espera presionar a la Unión Europea y Japón a que eliminen también los subsidios que otorgan a sus sectores agrícolas.

Mercosur está integrado además de Brasil, la mayor economía de América Latina, y Argentina por Uruguay y Paraguay, además de Chile y Bolivia como miembros asociados.

"Todos los temas, de todos los países tienen que estar en la discusión en el ALCA", dijo el canciller de Argentina, Carlos Ruckauf, al leer una declaración a nombre del Mercosur, tras una reunión de ministros del bloque con el representante comercial de Estados Unidos, Robert Zoellick.

"Para hacer una zona de libre comercio, hay que hacer una zona de libre comercio con todos los temas y no con dos canales de negociación: uno, la OMC y otro, el ALCA", subrayó el canciller.

Se espera que el tema de los subsidios al agro sea uno de los temas más delicados en la reunión de ministros de ALCA hoy.

El ALCA es una iniciativa de Estados Unidos para crear en el 2005 una zona de libre comercio que integre a 34 países americanos, todos, excepto Cuba, que permitiría la libre circulación de bienes en todas las democracias del hemisferio occidental.

Al ser cuestionado acerca de si Estados Unidos mantenía su postura de ligar un posible acuerdo hemisférico en cuanto a materias agrícolas a una resolución de la OMC, Zoellick respondió: "Nosotros negociamos con otros países, no con periodistas".

"Es importante mantener esta negociación (del ALCA) en curso, pero nadie sugiere que sea tarea fácil, pero (...) todos tenemos nuestras políticas nacionales que debemos tratar y les recuerdo que tenemos aquí a 34 democracias", subrayó.

Zoellick dijo que el 90 por ciento de las exportaciones agrícolas de América Latina ingresa libre de aranceles al mercado estadounidense y reiteró que un esfuerzo mayor de Washington en materia agrícola dependerá de la posición que adopten Japón y la Unión Europea.

Sin embargo, Ruckauf sentenció: "Pensamos hacer una zona de libre comercio con Estados Unidos, no con Japón (...) Pero queremos el ALCA funcionando rápido".

Los países desarrollados brindan una ayuda interna y protección a los agricultores que ascendió a más de 310.000 millones de dólares en el 2001, sin contar con las barreras impuestas para el acceso a sus mercados, según datos del grupo Cairns, que agrupa a naciones agroexportadoras de todo el mundo. (*El País* 1º/11/02)

Estudio diferencia categorías para resolver entrada al Alca-Las negociaciones comerciales que Brasil tendrá que enfrentar en los próximos años para concretar el Área de Libre Comercio de las Américas (Alca) y el acuerdo entre el Mercosur y la Unión Europea deberán considerar la existencia de sectores industriales con diferentes niveles de competitividad. Será también esa diferenciación lo que marcará el rumbo en las decisiones para invertir en el país durante el próximo gobierno.

Esas son algunas de las conclusiones preliminares del estudio sobre la competitividad en la industria brasileña encargado por el Ministerio de Desarrollo a un grupo de investigadores de varias universidades estatales, y publicado hoy por el diario Valor Económico.

La investigación se dividió en cuatro categorías. En el primer grupo, se encuentran los sectores más competitivos: café, cítricos, textil, siderúrgico, de zapatos y de papel y celulosa. En este caso, la estrategia de negociación sugerida por el estudio es que se busquen mercados libres de barreras. Incluso, algunas medidas para el aumento de la competitividad serán necesarias, ya que sólo el sector de papel y celulosa han exportado por encima de la media del comercio mundial.

En la segunda categoría están los sectores como los de bienes de capital, petroquímica y plásticos, que necesitarían de un adelantamiento de la apertura del mercado. Aquí se recomienda una política combinada de aumento de la competitividad, con énfasis en la reestructuración del parque productivo.

Para los sectores del tercer grupo -cerámicos, cosméticos y maderas- se propone un análisis selectivo de los productos de estas cadenas, al definir los plazos para la apertura de mercados. Las inversiones deberían concentrarse en cuestiones referidas al "desing" y diferenciación de los productos, apunta el estudio.

Finalmente, en el cuarto grupo, están los sectores automovilístico, farmacéutico, de informática, telecomunicaciones y electrónicos de consumo, que conseguirían ganancias de competitividad y mercado a través de negociaciones con las multinacionales. (*Por N21 Información*)Nexo Brasil, 01/11)

Cambio de gobierno en Brasil no entorpecerá relaciones con el Mercosur, según la UE -El comisario europeo de Comercio, Pascal Lamy, declaró ayer no estar "preocupado en absoluto" por el futuro de las negociaciones comerciales entre la Unión Europea (UE) y el Mercosur con el cambio de gobierno en Brasil, donde en enero tomará posesión el presidente electo Luiz Inacio Lula da Silva.

"No hay razón para estar preocupado en absoluto", respondió Lamy a la pregunta de si el nuevo gobierno brasileño será positivo para el Mercosur. "Es lo que yo entendí de la conversación que tuve con Lula en julio, al igual que yo también le transmití que para nosotros el Mercosur nos parece importante por una buena cantidad de razones", explicó.

Lamy participó en julio en Brasil en la reunión ministerial UE-Mercosur y se reunió con los candidatos a las recientes elecciones presidenciales. "Los contactos que tuve en julio con Lula me dieron la impresión de que el Mercosur está entre los proyectos que le importan, lo que nos viene bien porque a nosotros también nos interesa", estimó.

"En julio fijamos una agenda para el conjunto de las negociaciones, sabemos lo que vamos a hacer en cada etapa, hay una ronda de negociaciones a nivel técnico a mediados de noviembre y que yo sepa la agenda se mantiene, y si hemos conseguido fijar una agenda en julio, es que sabemos que aquí o allá esto podría ser un poco complicado", reconoció.

La octava ronda de negociaciones entre la UE y el Mercosur para un acuerdo de asociación que incluye el libre comercio se celebrará del 11 al 15 de noviembre en Brasilia. (*El País*, 31/10/02)

UE tenta barrar entrada de novelas brasileiras - Esta semana, em discussões bilaterais com o Brasil, os europeus apresentaram uma lista enorme de demandas para o Brasil facilitar a entrada de fornecedores europeus de serviços, incluindo bancos, companhias de saneamento. O Brasil também fez vários pedidos. Um deles foi justamente sobre a liberalização do setor de audiovisual europeu. O interesse do Brasil é que as novelas, principalmente, possam ter maior acesso nas TVs do velho continente. Atualmente, produções da TV Globo são vendidas para mais de 60 países.

Para Bruxelas, porém, a liberalização do setor audiovisual está fora de questão. Quer manter restrições a entrada de filmes e outras produções, para estimular o produto nacional. Para os europeus, os serviços culturais não podem ser submetidos as mesmas regras comerciais. (*InvestNews - Gazeta Mercantil*) Global21 -01/11/02)



Una nueva alianza: IPEC y la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur – Por: Susana Santomingo-Coordinadora de la Comisión por la Erradicación del Trabajo Infantil Coordinadora Centrales Sindicales del Cono Sur .

Preocupada por la magnitud del trabajo infantil en los países del Mercosur y Chile, la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur creo la Comisión para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI) en marzo del 2000, teniendo en cuenta la profundización de este fenómeno a partir de la implementación del modelo económico hegemónico, el nivel de tratamiento en los espacios institucionales del Mercosur y los avances del sector sindical en cada uno de los países. Su objetivo fundamental es dar tratamiento y seguimiento a la evolución del trabajo infantil en la región para implementar políticas y acciones articuladas desde el sector sindical enfocadas hacia su prevención y erradicación.

El camino recorrido por el sector sindical del Cono Sur en la lucha contra el trabajo infantil ha incluido diferentes estrategias a nivel subregional y nacional. Desde la participación en los ámbitos institucionales del Mercosur hasta la activa presencia en las Comisiones y foros nacionales; instalación y tratamiento de la problemática del trabajo infantil en la agenda sindical; contribución a las acciones de sensibilización social; capacitación de los dirigentes sindicales; impulso de espacios de debate y participación a nivel local y gestión de proyectos de acción directa a nivel gubernamental y no gubernamental.

Para profundizar este trabajo, la Comisión se ha planteado una serie de prioridades entre las que se cuentan: formar y especializar a todos los niveles de la organización sindical para el tratamiento y abordaje del trabajo infantil en el ámbito regional, nacional y local; fortalecer las acciones en los ámbitos locales y profundizar la dimensión social en los ámbitos institucionales del Mercosur.

En este marco se plantea la ejecución del Proyecto de Formación Integral para el Sector Sindical del Cono Sur "Estrategias sindicales para la prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Cono Sur", iniciativa financiada por la Agencia Española de Cooperación Internacional, AECI a través del Programa IPEC de la OIT con el objetivo de contribuir a la prevención y erradicación del trabajo infantil en los países del Cono Sur a través de la especialización de los actores sindicales de todos los niveles organizacionales.

Este proyecto, dirigido a dirigentes, activistas y técnicos de los diferentes niveles de las organizaciones sindicales de los países del Cono Sur, busca contribuir a que los actores sindicales se apropien de instrumentos que les permitan una lectura integral de la problemática del trabajo infantil para elaborar propuestas, formular proyectos, impulsar políticas públicas, desarrollar formas organizativas y operar sobre el conflicto según sea su nivel de responsabilidad en la estructura sindical. Así mismo, pretende institucionalizar en todos los niveles de la organización sindical el tratamiento, abordaje y seguimiento de la problemática del trabajo infantil; impulsar la participación activa y eficaz del sector sindical en los ámbitos regionales, nacionales y locales, multisectoriales y del propio sector e incentivar la participación institucional de las organizaciones sindicales en acciones directas que tengan como objetivo la prevención y erradicación del trabajo infantil.

Producto de esta iniciativa se espera que los actores sindicales sean capaces de elaborar propuestas, formular proyectos, impulsar políticas públicas, desarrollar formas organizativas y operar sobre el conflicto que representa la existencia del trabajo infantil. Se espera también que se constituyan redes solidarias de información y atención de la problemática del trabajo infantil con alcance local, nacional y regional.

Las acciones del proyecto se desarrollarán en diferentes niveles:

1. Formación y fortalecimiento institucional de la Comisión para la Erradicación del Trabajo Infantil de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur
2. Formación de formadores
3. Formación de actores sindicales de nivel local en cada uno de los países del Cono Sur
4. Elaboración de un paquete didáctico para los diferentes niveles de formación.

Boletín Electrónico Encuentros 7. Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil. IPEC-Sudamérica. Octubre 2002 , correo electrónico: sirti@oit.org.pe) Se puede encontrar los boletines anteriores en la misma pagina de IPEC- <http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/ipec/boletin/>

**Para ler mais notícias sindicais consulte a pagina www.sindicatomercosul.com.br
Para se comunicar conosco escreva a msilvia@uol.com.br**